

SIMPÓSIO AT102

SENTIDOS DE FRONTEIRA NA RELAÇÃO DO ÍNDIO TAPIRAPÊ E A ESCOLA: TEXTURAS DA CIDADE NA ALDEIA

FRANÇA, Edineth
UNEMAT
edinethfran@hotmail.com

MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da
UNEMAT
analuzart@unemat.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões iniciais de um processo de leitura e interpretação de sentidos de fronteira que foram ganhando visibilidade em meio a um trajeto de análise discursiva de instrumentos linguísticos (AUROUX, 2009), e os modos de praticá-los no processo pedagógico da educação escolar do povo Tapirapé do Território Indígena Urubu Branco, em Mato Grosso. Tomamos instrumentos linguísticos, como material de linguagem, para produzir uma leitura a respeito das condições de produção (ORLANDI, 2013), que sustentam as políticas de ensino da língua materna, Tapirapé, que se realiza no atravessamento de outras línguas praticadas nesse território. Nosso intuito é produzir uma análise discursiva (PÉCHEUX, 2008, 2014), dos sentidos de fronteira que problematizam a escola na relação com os sujeitos indígenas e que colocam em questão algo que transpõe a ordem índio/escola para reclamar sentidos textualizados na relação índio/cidade. Quais seriam, pois, do ponto de vista discursivo, esses efeitos que marcam e dividem o sujeito indígena na e pela língua? Como se dá a textura do urbano (ORLANDI, 2004), significada na presença da instituição escolar na relação com o sujeito indígena? Tomados por essas questões, inscrevemos nossa pesquisa na Análise de Discurso francesa e selecionamos como *corpus* uma edição do Jornal Alvorada e uma publicação do Portal Eletrônico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), produzidos, respectivamente, em 1990 e 2018.

Palavras-chave: Discurso; Língua; Historicidade; Educação.

Abstract: This work aims to present initial reflections of a process of reading and interpretation of frontier directions that have gained visibility in the middle of a path of discursive analysis of linguistic instruments (AUROUX, 2009), and the ways of practicing them in the pedagogical process of the school education of the Tapirapé people of the Urubu Branco Indigenous Territory in Mato Grosso. We take linguistic instruments, as language material, to produce a reading about the conditions of production (ORLANDI, 2013), which support the teaching policies of the mother tongue, Tapirapé, which is carried out in the crossing of other languages practiced in

that territory. Our aim is to produce a discursive analysis (PÊCHEUX, 2008, 2014), of the frontier senses that problematize the school in relation to the indigenous subjects and that call into question something that transposes the Indian order / school to reclaim textualized senses in the Indian / City. What, then, from the discursive point of view, are these effects that mark and divide the indigenous subject in and through the language? How does the urban texture (Orlandi, 2004), meaning in the presence of the school institution in relation to the indigenous subject? Taken by these questions, we entered our research in the French Discourse Analysis and selected as corpus an edition of *Jornal Alvorada* and a publication of the Electronic Portal of the Indigenous Missionary Council (CIMI), produced respectively in 1990 and 2018.

Keywords: Speech; language; historicity; Education.

Introdução

O modo de constituição da escola e o imaginário de língua que sustentam políticas de ensino da língua materna, Tapirapé, em uma comunidade indígena do povo Apyãwa no Território Urubu Branco, em Mato Grosso, construímos uma leitura que, concomitantemente, reclama sentidos de fronteira marcados na relação índio, escola e cidade.

É necessário pensar o ensino de língua materna regulado por sentidos já instaurados, assentados em um jogo criado pela relação que os sujeitos estabelecem discursivamente na trama da língua com a história. Sentidos que impõem apagamentos e institui sentidos outros, sobretudo, pela relação fronteira que a escola estabelece com/entre os sujeitos.

Selecionamos como *corpus* uma edição do *Jornal Alvorada* produzido em 1990 e uma publicação do Portal Eletrônico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), feita em 2018, o qual elegemos como material de linguagem para pensar como a noção de fronteira aparece funcionando em sentidos da cidade representados na escola que integra o espaço da aldeia, bem como os sentidos de aldeia que o sujeito indígena textualiza mesmo estando no espaço da cidade a qual, significa aqui, espaços moventes, tecidos em vestígios que permitem sua leitura e interpretação. (Cf. ORLANDI 2004).

Pensar sentidos de fronteira, a partir da relação índio, escola e cidade, se apresenta em uma dimensão de complexidade que nos parece intransponível desde a relação de sentidos que cada uma dessas noções evocam. Sobretudo, porque a compreensão do modo como se organiza a institucionalização de sentidos já demarca fronteiras que se dão no jogo da língua com a história e, no caso em específico, de uma história como aponta Silva (2001), que entrelaça um povo, uma língua e um Estado.

Tecer uma leitura acerca do ensino de língua na comunidade indígena Tapirapé requer a interpretação da noção de índio, escola e cidade, tanto quanto a ciência de que o ensino não se dá desvinculado das condições materiais, simbólicas e ideológicas dos sujeitos envolvidos.

É importante destacar que os sentidos que circulam e tecem a noção de índio integram discursivamente, pela relação com o político e o simbólico, a formulação da noção de indígena. De todo modo, destacamos que essa abordagem não será explorada neste trabalho, ainda que, verticalmente necessária, dada a presente textualização de um suposto plano de evidência que traz no corpo do texto a noção de indígena como se esta fosse capaz de tomar o lugar de índio no funcionamento da língua.

No concerne à escola corroboramos com a perspectiva de Motta (2016, p. 08), isto é, de que, no jogo das relações políticas e ideológicas constitui-se como “célula”, condição que reverbera a noção do lugar e dos modos de funcionamento da escola nas relações de produção social. Sendo assim, a escola, no funcionamento da sociedade, não produz um espaço de socialização do conhecimento de sujeitos sociais, ao contrário, tem se constituído historicamente como lugar de representação da ideologia social de cidadania, supostamente capaz de inscrever os sujeitos na ordem do social.

Esse sentido atribuído à escola regula seu lugar de representação institucional nas políticas do Estado e produz o sentido de que o sujeito precisa estar na escola para constituir-se como cidadão. Seria, pois, a cidadania posta como questão pedagógica. Entretanto, é necessário considerar a cidadania

para além de uma relação de didatização, mas como questão histórica, política e social.

Segundo Orlandi (2004), não é uma questão de transformar o sujeito em cidadão, haja vista que ao comprometer-se com o “vir a ser” de uma cidadania, segundo a autora, a escola se insere em um processo inatingível, pois já somos cidadãos e cabe à escola qualificar essa cidadania, daí o papel da ciência e do conhecimento.

Ainda conforme a autora, é a escola a favor de uma noção de cidadania que se constitui como um bem mercadológico e o conhecimento é posto como sentido de produto empresarial. Desse modo, é sintomático o lugar de legitimação de sentidos que segregam a existência social do sujeito, mediada pela relação de fronteira que a escola institui ao se dizer como mecanismo de formação da/para cidadania.

Também a cidade precisa ser entendida nessa relação com o social e, por seu caráter simbólico e ideológico, sob a ótica do discurso, que a situa na ordem de funcionamento da língua, onde os sentidos se dão a ler de modos distintos, isto é, a cidade vista no plano da “ordem” e da “organização”, tal qual formula Orlandi (idem).

É preciso ressaltar que o trabalho que ora apresentamos é produto de uma pesquisa ainda em andamento, portanto, com reflexões iniciais no que tange à compreensão do modo como, discursivamente, aparece funcionando sentidos de fronteira dada a relação que se dá na medida em que o sujeito indígena integra o âmbito da escola e que a escola tece a cidade e funcionamentos do urbano na lógica de “organização” da aldeia.

1. Educação Escolar Indígena: fronteiras in-visíveis

A escola constitui-se organicamente pela lógica estatal, a favor de um ou outro modelo de sociedade, conferindo conotações específicas para a noção

de “língua”, sendo, portanto, determinada e determinante de sentidos no processo de produção do conhecimento dos sujeitos.

Desde sempre a educação escolar indígena no Brasil esteve atravessada pela noção de civilização como o modelo que justifica a produção do conhecimento científico, quase sempre sob a imposição dos pensamentos da Europa ocidental e, em grande parte da história, com o trabalho confiado a missionários religiosos. Ideologicamente uma perspectiva europeia de civilização, que tem no discurso sua condição de existência, seu modo de funcionamento.

Pensar a educação e, especificamente, a educação escolar indígena na relação dos sentidos, é entendê-la como um material que textualiza a língua atravessada pela história, se dando a ler. Desse modo, é necessário compreender que os sentidos de fronteiras se marcam evidenciados, opacos, ou mesmo num plano que irrompe na ordem da língua e da história, é o real da língua e da história, como definem Gadet e Pêcheux (2015).

O Território Indígena Urubu Branco, situado geograficamente na microrregião Norte Araguaia, em Mato Grosso, até metade do século XX, era composto por uma sociedade totalmente sem escolarização. É a partir da década de 1970 que a educação escolar começa a se apresentar como medida necessária para a sobrevivência e permanência dos indígenas na terra, dada a luta travada com fazendeiros e latifundiários.

Se por um lado a educação escolar se apresentou como condição de resistência, visto que o acesso à educação escolar permitiria aos indígenas a transformação da realidade social vivida, contrapõe-se, por outro lado, com sentidos instaurados na gênese da própria escola e os modelos oficiais de ensino que regulam as práticas escolares, sobretudo, no que tange às populações indígenas. Sendo assim, a força produtiva atribuída à educação, como elemento de resistência, reverbera o sentido de dominação imposto pela representação da escola.

A contradição posta pelo jogo ausência *versus* necessidade de educação escolar, no contexto de comunidades indígenas ou não, marca uma relação de fronteira, tão complexa quanto os sentidos que esse termo traz em si.

Almeida (2018, p. 13-14), nos apresenta teoricamente a noção de fronteira “**do ponto de vista discursivo**”, dado o modo como intervém sobre a(s) língua(s); aponta para uma relação intrínseca entre fronteira **do ponto de vista territorial** e **fronteira entre línguas**, que, ainda segundo ela (op. cit.), instaura fronteiras outras: **fronteiras na língua**, “na medida em que [...] o sujeito deixa-se marcar na linguagem que produz”; **fronteira entre língua e sujeito** e “**fronteiras discursivas**, que indicam o limite entre o mesmo e o diferente, expondo a falha na língua, o equívoco, a contradição, a resistência”. (Grifos nossos).

2. Breves considerações a partir do material

Nosso *corpus* abre possibilidades para se ler sentidos de fronteira, no primeiro recorte, excerto de uma publicação do jornal *Alvorada*, fragmento de um Folhetim produzido e publicado através da Prelazia de São Félix do Araguaia na década de 1990 (Arquivo D-III-35).

[...] as secretarias de educação e cultura, tiveram como princípio, lutar por uma educação que ajudasse os alunos, pais e comunidade a ver a educação a partir do conhecimento de sua realidade, para então poder trabalhar juntos, a construção da consciência de cidadania. Este trabalho se estendeu também às áreas indígenas Karajá e Tapirapé, fortalecendo-se muito mais na aldeia Tapirapé, onde existem hoje, professores indígenas, atuando na alfabetização e 2ª série. Deste trabalho resultou a confecção de um livro de alfabetização na língua Tapirapé, feito com a participação dos alunos e professores. (ALVORADA, 1990)

Ao passo em que o recorte possibilita questionamentos acerca do ensino da língua Tapirapé, também abre possibilidade para pensar nesse ensino tendo um indígena como professor e a relação que este estabelece, enquanto sujeito, com a língua e com a escola. Há, simbolicamente, limites entre o que se tem

em termos de uma educação e a luta por uma outra? Que sentidos se impõem, a partir de um modelo de educação que produz cidadãos e um outro modelo, produto de uma luta, assentado na “construção de consciência de cidadania”? A fronteira instaurada entre o sujeito cidadão e o sujeito que ainda precisa tornar-se como tal pode ser dissolvida através da educação escolar? Existe uma escola que se diz capaz de produzir cidadão e outra capaz de produzir, no sujeito, consciência da cidadania que o constitui?

Também no segundo recorte, trecho de uma publicação do Portal Eletrônico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), produzido em 2018, tem-se o funcionamento de sentidos de fronteira, instaurados na relação sujeito, escola e cidade:

Janeiro chega ao fim com dois professores indígenas assassinados – na virada do ano, Marcondes Namblá Xokleng, em Santa Catarina, e cerca de quinze dias depois Daniel Kabixana Tapirapé. [...] Apesar do costumeiro noticiário envolvendo episódios como estes, Brasil afora, para os Tapirapé se tratou de algo relativamente novo. Não há registros de crimes praticados por não indígenas contra o povo na história recente, o que assustou as aldeias. (cimi.org.br / 2018).

A noção de fronteira que aparece funcionando aqui, tanto quanto no primeiro recorte, aparenta ser cada vez mais rígida e ao mesmo tempo tão movente, instável, contraditória etc, porém, de todo modo, intrigante, reclamando sentidos por meio de um processo circular e contínuo que tece e delimita aldeia e cidade.

Esse caráter de circularidade entre o que textualiza a cidade e a aldeia, um movimento aparentemente ilegível, do tipo inapreensível, por oras parece situar-se em um plano de evidência quando nos dedicamos a ler a legitimação da relação fronteira significada pela presença de um indígena na cidade, o qual, embora trouxesse a grafia da cidade tecida pela lógica da escola que o constituiu como um professor, integrava a narrativa da cidade sendo ao

mesmo tempo aldeia. É um mecanismo de manutenção da ideologia que legitima – lugar de índio é na aldeia.

Referências

ALMEIDA, Eliana de. Fronteira Brasil Bolívia: um arquivo de línguas. In: **Projeto Arquivos de Língua: intervenções e polêmicas**. FAPERJ. Niterói: RJ, 2018.

ALVORADA, circular. Jornal **Alvorada**. São Félix do Araguaia, 22 de maio de 1970.

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. – 2 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

CONSELHO Indigenista Missionário. **Professor Assassinado revela início de ano violento aos povos indígenas**. [31 de janeiro de 2018]. Disponível em <<https://cimi.org.br/2018/01/professor-tapirape-assassinado-mostra-um-inicio-de-ano-violento-aos-povos-indigenas/>>. Acesso em 06 de abril de 2019.

GADET, F. e PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível**. O Discurso na História da Linguística. Trad. MARIANI, B. e DE MELLO M. E. Chaves. Campinas: Editora RG, 2. ed, 2010.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. **A Posição-sujeito Leitor e o Mercado de Trabalho**. In: Revista Interfaces – vol. 7, n. 3, dez/2016. Guarapuava-PR: UNICENTRO, 2016.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas SP: Pontes, 2004.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11 ed. – Campinas SP: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso** : estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi – 5 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi [et al] - 5 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2014.

SILVA, Mariza Vieira da. **O Português do Brasil: a constituição de uma língua nacional**. Texto apresentado na III Semana Universitária da Universidade Católica de Brasília, no dia 02 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/165/ArtigoseComunicacoes/21OportuguesdoBrasilMariza.pdf>>. Acesso em 06 de abril de 2019.